

# ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DO SECTOR EXTRACTIVO EDIÇÃO 2020 – 2021

Por: Rui Mate\*

## 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Centro de Integridade Pública (CIP) apresentou, em 2020, a primeira edição do Índice de Transparência do Sector Extractivo, referente aos anos de 2019 e 2020 (**ITSE 2019-2020**), cujo objectivo fundamental é a promoção da transparência das empresas do sector extractivo em Moçambique.

No seguimento da primeira edição, o CIP apresenta a segunda edição do ITSE 2020-2021, baseado num ranking das empresas dos sectores mineiro e petrolífero, referente à disponibilização de informação, tendo em conta aspectos fiscais, sociais, de governação e ambientais. O CIP espera que o ITSE seja um instrumento de análise do nível de transparência deste sector para o país, no geral, e para as empresas, em particular. Adicionalmente, espera-se que este seja um instrumento que sirva para impulsionar as empresas do sector a disponibilizarem mais informação, e de forma detalhada, e assim contribuírem para uma maior transparência rumo à boa governação do sector extractivo em Moçambique.

Apesar da situação da guerra na província de Cabo Delgado e da pandemia da Covid-19 que têm afectado significativamente a economia moçambicana, o sector extractivo continua sendo visto como um sector promissor, se não um dos principais sectores da economia moçambicana, com potencial para contribuir para o crescimento económico. Veja-se o exemplo da proposta do Plano Economico e Orçamento do Estado para 2022, onde se prevê um crescimento de 4.1% para o sector extractivo, sendo que, para os próximos 2 anos, se perspectiva um crescimento na ordem de dois dígitos.<sup>1</sup>

Porém, é necessário que este crescimento se consubstancie em desenvolvimento económico, e para tal, existem aspectos que não devem ser ignorados como é o caso da **transparência na governação no sector**. Aliás, o excesso de secretismo é apontado como um dos principais factores por detrás da má gestão das receitas provenientes do sector extractivo<sup>2</sup>.

Para além da conjuntura acima apontada, o sector extractivo, a nível mundial e em Moçambique em particular, está envolto em grandes incertezas em relação ao seu futuro. As discussões sobre crescimento e desenvolvimento económico tendem a mostrar que o actual modelo de crescimento, que vincula o desenvolvimento económico à exploração ambiental, não é mais viável. A nível mundial, as incertezas sobre o sector prendem-se, em grande medida, às discussões sobre a transição energética, emergentes do Acordo de Paris, no qual as nações do mundo acordaram, no âmbito das mudanças climáticas, a iniciar, a partir de 2020, a redução de emissão de gases de efeito estufa a fim de conter o aquecimento global abaixo de 2°C, preferencialmente em 1,5°C, e reforçar a capacidade dos países de responder ao desafio, num contexto de desenvolvimento sustentável.

1 IMF, Debt Sustainability Analysis, 2019

2 [https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014\\_09\\_RespSocImp.pdf](https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_09_RespSocImp.pdf)

A conferência sobre o clima, COP26, que decorreu na cidade de Glasgow, Reino Unido, trouxe novas directrizes que irão afectar significativamente o futuro das actividades extractivas o que poderá alterar todas as previsões inicialmente traçadas pelos países. Um dos grandes desafios impostos nesta nova realidade, onde os países devem adotar medidas de redução de emissão de gases de efeito estufa, relaciona-se com a transparência no processo de transição.

No âmbito do contributo do CIP para uma maior transparência no sector, é apresentando neste relatório, a segunda edição do Índice de Transparência do Sector Extractivo referente aos anos de 2020 e 2021 (**ITSE 2020-2021**) que será baseado num ranking das empresas do sector mineiro e do petrolífero, no que concerne à disponibilização de informação, tendo em conta aspectos fiscais, sociais, de governação e ambientais. Espera-se que nas próximas edições sejam incorporados novos aspectos relacionados ao conteúdo local, *peacebuilding* e processo de transição energética.

O termo transparência pode ter diversos significados em diferentes contextos e mesmo dentro do mesmo contexto. O dicionário da língua portuguesa<sup>3</sup> apresenta a transparência como “*Qualidade do que é transparente*”. Segundo a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico (OECD, 2004), transparência é um factor vital para o fortalecimento das relações entre o governo e o cidadão, viabilizado através de informação completa, objectiva, confiável, relevante e de fácil acesso e compreensão. Para Cotterrell (2000), a transparência é um processo que requer *accountability*, entre outros componentes como a disponibilidade de informação e a participação activa na aquisição e distribuição de conhecimento.

Para efeitos desta análise, os autores entendem que transparência é o acto de “*providenciar informação relevante, fidedigna, atempada, inteligível e de fácil acesso para o consumo público*” (Davis, 1998; Cullier & Piotrowski, 2009; Tavares e da Cruz, 2014). A escolha deste conceito para o contexto do ITSE está directamente relacionada ao objectivo pretendido com a sua criação: **influenciar para que as empresas do sector extractivo disponibilizem informação à sociedade de forma regular, detalhada, simples e atempada.**

## 1.1 Objectivos

### *Geral*

O objectivo principal para a criação deste índice é o de contribuir para que a informação sobre o sector extractivo (mineiro e petrolífero) em Moçambique seja disponibilizada à sociedade, de forma regular, detalhada, simples e atempada.

### *Específicos*

- Elaborar um *ranking* de transparência das empresas a nível do sector extractivo nas vertentes fiscal, de governação, social e ambiental;
- Analisar a qualidade da informação disponibilizada pelas empresas do sector nessas vertentes;
- Avaliar o grau de abertura das empresas às comunidades que hospedam projectos do sector extractivo e aos demais interessados.

---

<sup>3</sup> <https://dicionario.priberam.org/transpar%C3%Aancia> [consultado em 15-10-2020]

## 2. Metodologia do Cálculo do Índice de Transparência do Sector Extractivo (ITSE)

Para a elaboração da presente análise, o CIP baseou-se num método misto, qualitativo e quantitativo que permitiu o cruzamento de diferentes dados. O método usado para a produção do ITSE 2020-2021 no sector extractivo envolveu quatro (4) aspectos fundamentais, nomeadamente: *i) entrevistas com informantes-chave (empresas e stakeholders) que operam no sector de hidrocarbonetos e no sector mineiro com vista a garantir a robustez dos indicadores previamente identificados para compor o índice; ii) pesquisa bibliográfica sobre a transparência no sector extractivo por forma a contextualizar a discussão sobre a importância da transparência para a boa governação do sector extractivo; iii) colecta de informação junto às empresas do sector, nomeadamente sector de hidrocarbonetos e sector mineiro; e iv) análise quantitativa e qualitativa da informação recolhida.*

- i) **Consulta às principais empresas do sector de hidrocarbonetos e do sector mineiro para fortificação da metodologia a ser usada no índice** – como forma de consolidação da metodologia usada na primeira edição, em 2021, o CIP enviou cartas a 22 empresas<sup>4</sup> do sector mineiro e de hidrocarbonetos para obter comentários à metodologia e informação sobre os dados que compõem o índice, tendo recebido 6 respostas conforme se pode ver pelas tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 : Empresas do Sector hidrocarbonetos

N.ord	Projecto	Empresa/ Parceiros	Observação
1	Moz LNG Área 1	TOTAL	Não respondeu
2	Coral Sul FLNG Área 4	ENI	Não respondeu
3	Pande e Temane	SASOL Petroleum Temane	Respondeu
4	Rovuma LNG Área 4	EXXON MOBILE	Não respondeu
5	Hidrocarbonetos	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos-EP	Respondeu
6	Bloco de Buzi	Buzi Hydrocarbons	Respondeu
7	Transporte de gás Temane (Moç) a Secunda (RAS) 865 KM	ROMPCO - Republic of Mozambique Pipeline Company	Não aceitou receber a carta
8	Transporte de gás -Ressano Garcia a Matola	Matola Gás Company, Sarl - MGC	Não respondeu
9	Hidrocarbonetos	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH)	Não respondeu
10	Coral Sul FLNG Área 4	MRV, Mozambique Rovuma Venture	Não respondeu

Tabela 2 : Empresas do Sector Mineiro

N.ord	Projecto	Empresa/ Parceiros	Observação
1	Exploração de Carvão	Vale Moçambique	Não respondeu
2	Exploração de Carvão	Haiyu Mozambique Mining Company	Respondeu
3	Exploração de Carvão	ICVL ZAMBEZE	Respondeu
4	Exploração de Carvão	Minas Moatize Lda	Não respondeu
5	Exploração de Carvão	Jindal Steel and Power Limited, - JSPL Mozambique Minerais, Lda	Não respondeu
6	Exploração de Carvão	Minas Revuboe Lda	Não respondeu
7	Exploração de Rubi	Montepuez Ruby Mining Limitada (MRM)	Não respondeu
8	Exploração de Areias pesadas	Kenmare Resources plc	Respondeu
9	Exploração de ferro, titânio vanádio e calcário	Capitol Resources, Lda	Não respondeu – alegou tempo curto para responder

<sup>4</sup> Foi obedecido o tempo de espera de pelo menos 21 dias para recepção da informação solicitada.

10	Exploração de tantalite	Highland African Mining Company, Lda	Não respondeu
11	Exploração de grafite	Twigg Exploration & Mining, Lda	Não respondeu
12	Energia e Mineração	Eurasian Natural Resources - ENRC Mozambique, Lda	Não respondeu

- i) **Análise documental (*desk review*) por forma a contextualizar a discussão sobre a importância da transparência na boa governação do sector extractivo** – a análise documental teve em conta o quadro legal existente no país, os documentos orientadores dos sectores mineiros e de hidrocarbonetos, bem como as análises feitas por instituições nacionais e internacionais que actuam no contexto da transparência no sector extractivo. Dentre as organizações destacam-se: a Iniciativa de Transparência da Industria Extractiva em Moçambique (ITIE), o Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE), a Natural Resources Governance Institute (NRGI) e a CWC School for Energy (CWC).
- ii) **Colecta de informação junto às empresas do sector nomeadamente no sector de hidrocarbonetos e no sector mineiro** – esta actividade teve como objectivo a recolha da informação sobre os indicadores que compõem o ITSE. A recolha da informação foi feita maioritariamente pelo CIP, a nível central, através de consulta às páginas de *internet* das empresas do sector de hidrocarbonetos e do sector mineiro, e através de um inquérito enviado às empresas. A informação recolhida pelo CIP e fornecida pelas empresas foi confrontada sempre que necessário com dados recolhidos junto aos locais da implementação dos projectos, através dos parceiros baseados nesses locais.  
O período considerado na recolha de informação engloba o ano 2020 e o primeiro semestre de 2021. Por forma a cumprir com as medidas de mitigação da Covid-19, parte da informação foi colectada junto às empresas via email e outras comunicações virtuais. Contou-se, igualmente, com o apoio dos parceiros da sociedade civil, baseados nas províncias para a confrontação de certas informações.
- iii) **Análise qualitativa e quantitativa da informação recolhida** – com base nas consultas realizadas junto às empresas e com recurso à análise estatística, procurou-se aferir o nível de disponibilização das informações e com base nela o nível de transparência das empresas.  
Nesta edição, os autores mantiveram o uso da metodologia usada na primeira edição<sup>5</sup>. Por um lado, pelo facto de não terem encontrado uma metodologia mais simples, ou que os autores a considerassem mais adequada para substituir a metodologia usada na primeira edição e, por outro, para permitir um nível de comparação da evolução da transparência com base nos mesmos critérios de avaliação.  
Neste sentido, foi usada a adaptação do índice de Biderman e Puttomatti (2014) que apura, através de um somatório, a pontuação obtida em cada indicador das suas componentes. O somatório serve depois para aferir desde o maior ao menor grau de transparência das instituições envolvidas<sup>6</sup>.

### a. Indicadores propostos para o ITSE em Moçambique<sup>7</sup>

Para o cálculo do ITSE em Moçambique foi usada a metodologia proposta por Biderman e Puttomatti, conforme apresentado acima, e com algumas adaptações ajustadas a economias em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique. Neste sentido, em vez de 3 componentes considerados na metodologia de Biderman e Puttomatti (conteúdo-60%, Série Histórica e frequência de actualização – 7% e usabilidade – 33%), foram considerados 4 componentes com os respectivos pesos, a saber: **Fiscal (F) com 50%; Governação Corporativa (GC) com 15%; Social (S) com 25% e Ambiental (A) com 20%**. Sendo assim, definiu-se a seguinte fórmula para o cálculo do ITSE em Moçambique:

$$(1) \quad ITSE = \sum_{i=1}^n p_i w_i$$

Onde:

<sup>5</sup> <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/10/INDICE-DE-TRANSPARENCIA-SECTOR-EXTRACTIVO-2019-2020.pdf>

<sup>6</sup> Ver relatório do ITSE 2019-2020 para mais detalhes sobre a metodologia

<sup>7</sup> Baseados na literatura consultada e informação disponibilizadas em alguns sites do sector.

*ITSE* - representa o índice da transparência do sector extractivo;

$pi$  - é a nota obtida no *item i*;

$wi$  - é um factor de ponderação determinado pela pontuação máxima do *item* (o somatório é igual a 1);

$n$  - é o número de itens que compõem o *ITSE*; e

$i$  - índice do somatório.

Importa referir que o CIP considera a divulgação de informação sobre todas as 4 componentes incluídas na fórmula de soma importância na governação do sector extractivo. Sendo assim, num cenário base todos os indicadores apresentariam um ponderador igual de 25% cada<sup>8</sup>.

$$(2) \quad \mathbf{ITSE = 0.25F + 0.25GC + 0.25S + 0.25A}$$

No entanto, considerando que as 4 componentes não têm o mesmo impacto para o desenvolvimento económico, principalmente para economias em desenvolvimento como é o caso de Moçambique que se depara com escassez de recursos financeiros domésticos para financiar as despesas, o CIP atribuiu maior ponderador às componentes cujo desempenho tem um efeito multiplicador na economia e o seu impacto reflecte-se directamente no desenvolvimento económico e com potencial de constituir elemento catalisador para os restantes sectores. A magnitude dos ponderadores foi baseada na importância relativa atribuída pelo CIP a cada um deles.

Com base nos pressupostos acima, foram atribuídos os seguintes pesos para os indicadores propostos:

$$(3) \quad \mathbf{ITSE_{20/21} = 0.30F + 0.25GC + 0.25S + 0.20A}$$

Onde:

$ITSE_{19/20}$  - representa o índice da transparência do sector extractivo para o período 2020-2021;

$F$  - componente fiscal;

$GC$  - componente de governação corporativa

$S$  - componente social

$A$  - componente ambiental

Adaptado da metodologia de Biderman e Puttomatti o *ITSE* aqui proposto assume que uma empresa 100% transparente irá obter 100 pontos repartidos da seguinte forma: fiscal (30%) - 30 pontos, governação corporativa (25%) - 25 pontos; social (25%) - 25 pontos; Ambiental (20%) - 20 pontos.

Dentro de cada componente, os autores, por questões de simplificação e para acomodar casos em que o projecto ainda não se encontra em fase de produção, assumem pesos iguais para cada um dos indicadores que o compõem.

Com base nos pesos atribuídos a cada um dos indicadores definidos, é considerada como transparente com um índice de 1, ou seja, 100% transparente dentro destes critérios, a empresa que obtiver a pontuação 100. No entanto, quanto menos pontos tiver, ou seja, quanto mais distante o resultado do somatório estiver de 1, a empresa é considerada menos transparente.

Dentro de cada um dos 4 componentes que incorporam o *ITSE*, consideraram-se os seguintes indicadores:

---

<sup>8</sup> Veja relatório da primeira edição do *ITSE* 2019/20202

## a. Componente Fiscal

O artigo 50 da lei 21/2014 de 18 de Agosto, Lei de Petróleos, aponta de forma clara a necessidade de as empresas do sector extractivo publicarem os seus resultados, montantes pagos ao Estado, encargos relativos às suas obrigações sociais e corporativas sujeitas a fiscalização.

A disponibilização de informação das dinâmicas fiscais das empresas possibilita aos cidadãos a análise e a monitoria social da exploração dos recursos e o conhecimento dos reais benefícios que a exploração dos recursos gera ao país.

Esta informação possibilita a análise do contributo do projecto no qual a empresa está inserida através de uma maior janela de oportunidades que os projectos liderados pelas multinacionais oferecem. Entende-se, neste ponto, que se trata de projectos de capital intensivo cuja contribuição, em termos de emprego e de ligação directa com outros sectores, não é proporcional ao nível de investimentos realizados.

Neste sentido, com esta componente pretende-se analisar o nível de transparência das empresas na disponibilização de informação, concretamente a publicação de informação sobre as quantidades produzidas, os preços de venda, as receitas arrecadadas, os impostos pagos (por categoria) por projecto, a produtividade (EBIDTA<sup>9</sup>), os custos e as despesas operacionais (detalhado por categoria) - recuperáveis e não recuperáveis; o *Break Even Point* (BEP)<sup>10</sup> - Preço, Produção, Vendas e custos (fixos e variáveis), as vendas discriminadas (volume, destino); a dívida bruta e líquida, os dividendos e o preço das transferências.

## 1. Governação Corporativa

A governação corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governação Corporativa (IBGC), pode ser entendida como o conjunto de boas práticas implementadas pelas empresas, geralmente de capitais abertos, para aumentar a confiança das partes interessadas (investidores, accionistas, fornecedores, colaboradores, etc.) perante os administradores da empresa (IBGC, 2009)<sup>11</sup>. Para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, governação corporativa é o conjunto de meios pelos quais as corporações são geridas e controladas, envolvendo o estabelecimento de relacionamentos entre a gestão, a direcção, os accionistas e outros interessados (OCDE, 2004). No presente estudo, adopta-se a definição do IBGC por se encontrar mais alinhada aos objectivos definidos.

Com esta componente, pretende-se aflorar em que medida a governação corporativa é transparente, partindo da verificação da existência ou não de uma página *web*, disponibilização de informação sobre o registo da empresa, informação sobre a propriedade beneficiária (*beneficial ownership*) e informação sobre parceiros nacionais e estrangeiros.

Nesta componente, interessa também apurar a disponibilização de informação sobre a existência de *website*, registo da empresa, publicação de contratos, publicação de plano de desenvolvimento, informação sobre parceiros nacionais e estrangeiros, financiamento do projecto, política de combate à corrupção e política de género; existência de mecanismos de queixa e estrutura accionista.

O objectivo que se pretende é o de permitir que os cidadãos conheçam as conexões financeiras, organizacionais e legais e que possam adequadamente monitorar as companhias e exigir contas às empresas pelas suas acções questionáveis.

No quadro do combate à corrupção, importa compreender em que medida as empresas tornam públicos os seus programas anticorrupção. A inclusão desta componente encontra alento nas recomendações em torno do décimo princípio do Pacto Global das Nações Unidas (*“As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina”*). Parte-se do princípio de que assumir compromisso público contra o problema e divulgar as suas políticas para

9 Do Ingles Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization. Em português, “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização” (também conhecida como Lajida)

10 Quando os cálculos indicam que a empresa atingiu o ponto de equilíbrio isso significa que os custos e as despesas totais são iguais à receita total, ou seja, a empresa não teve lucro nem prejuízo.

11 Veja o site <https://www.treasy.com.br/blog/governanca-corporativa/> para mais informação sobre governação corporativa.

combatê-lo ajuda a fomentar a integridade dentro da própria corporação e entre parceiros comerciais<sup>12</sup>.

Pretende-se, também, saber se as empresas divulgam informação sobre a política de género adoptada pela empresa no âmbito do projecto em causa.

## 2. Social

No mundo actual as organizações procuram ser socialmente responsáveis, adoptando posturas, comportamentos e condutas que promovem o bem-estar da sociedade e o meio ambiente sustentável. Na interacção da empresa com os fornecedores, clientes, comunidade, parceiros, meio ambiente, governos, entre outros agentes directa ou indirectamente interessados nas suas acções, podem surgir prejuízos para estes últimos tornando mais difíceis as interacções dentro desse ambiente. Neste sentido, uma empresa que cria acções de responsabilidade social e ambiental irá promover um espaço muito mais saudável em meio aos seus negócios<sup>13</sup>.

Considerado o exposto acima, nesta componente, será analisado o nível de transparência em relação ao cumprimento das obrigações sociais da empresa, ou seja, se as mesmas são de domínio público. Serão considerados como indicadores: a publicação de relatórios de investimento de responsabilidade social, informação sobre o envolvimento dos beneficiários dos investimentos em responsabilidade social na definição dos projectos, a realização de reuniões de engajamento regulares com *stakeholders* (comunidades, sociedade civil e outros) para partilha de informação, sobre o nível de empregabilidade, informação sobre as oportunidades de emprego e a publicação de acordos de desenvolvimento e as suas respectivas actualizações.

## 3. Ambiental

Dentro do actual contexto do desenvolvimento económico, em que se devem adoptar práticas de produção com danos mínimos ao ambiente, uma maior interacção da empresa com as comunidades, na condução das melhores práticas ambientais, tem ganho maior importância dentro da estratégia empresarial. Andrade (1997), aponta que as empresas podem-se posicionar em três estágios estratégicos distintos: (a) estratégia reactiva, atendendo minimamente e de maneira relutante a uma legislação ambiental vigente; (b) estratégia ofensiva, usando recursos ambientais além do exigido por lei; e (c) estratégia inovativa, antecipando-se aos problemas ambientais futuros, buscando a excelência ambiental, a inovação em produtos e processos e a vinculação de questões ambientais à estratégia corporativa.

Neste sentido, nesta componente será analisado até que ponto as obrigações da empresa em relação à divulgação do impacto que as suas actividades causam ao ambiente são cumpridas e se são de domínio público. Concretamente, serão considerados os relatórios de gestão ambiental publicamente disponíveis, bem como informação sobre programas de encerramento das minas e de descomissionamento das actividades petrolíferas

### b. Procedimentos para colecta e análise dos dados

A fonte principal da recolha de dados foram as páginas *webs* de cada empresa (nos casos em que a empresa tem uma página *web*). Para complementar a informação recolhida através das páginas *web*, foram solicitadas informações através de cartas às empresas para o cruzamento com a informação recolhida pelo CIP e, em casos julgados necessários, a informação foi ainda cruzada com as informações recolhidas pelos parceiros localizados nos locais de implementação dos projectos.

Após a recolha dos dados, a informação foi sistematização com base no programa *Microsoft Excel*, onde foram gerados os resultados apresentados neste documento.

<sup>12</sup> <http://transparenciacorporativa.org.br/TI-TRAC-2018.pdf>

<sup>13</sup> <https://fia.com.br/blog/responsabilidade-social/>

Para a atribuição dos pontos por cada indicador, os autores classificaram os indicadores segundo a existência ou não da informação nas páginas *webs*. Nos casos em que a informação está disponível é atribuída a pontuação máxima e nos casos em que não existe é atribuída a pontuação zero (0). Nos casos em que não é possível uma máxima ou mínima, como sejam os casos em que a empresa não possuiu *website* nem vitrina com informação disponível para o público, mas disponibiliza a informação sempre que solicitada<sup>14</sup>, é atribuída pontuação mediana do indicador.

### Caixa 1: O que o ITSE não mede

Para que não existam dúvidas sobre o grau e âmbito de transparência que o ITSE mede, importa referir que:

1 - O índice não mede a **acessibilidade da informação**. O facto de a empresa disponibilizar informação no seu *website* não significa que a informação seja fácil de encontrar. Os autores reconhecem que diferentes utilizadores e usuários das páginas *webs* têm conhecimentos técnicos e habilidades diferentes quanto à navegação em websites, verificação de informação etc. O direito das empresas ao contraditório serve precisamente para sinalizar eventuais falhas na recolha, provocadas pela dificuldade em aceder à informação através da navegação no site enquanto utilizador comum;

2 - O índice não mede a **inteligibilidade da informação**. O índice mede a prestação de informação e não a recepção dessa informação pelos cidadãos. O enfoque é a informação disponibilizada pela empresa e não a maior ou menor capacidade de os cidadãos acederem.

3 – Não se deve confundir o ITSE com a **Percepção da Corrupção (CPI)**. O ITSE não deve ser interpretado como um indicador da maior ou menor permeabilidade da empresa à corrupção ou má gestão. Se é verdade que uma empresa que não presta informação aos cidadãos é, por definição, opaca e portanto susceptível de gerar um clima de suspeita sobre a forma como é gerida, também não é menos verdade que o simples facto de disponibilizar informação sobre a sua composição, funcionamento e gestão na página *web* não é por si só garante de que a corrupção ou má gestão não se pratiquem nessa entidade. O índice mede a transparência proactiva da empresa a partir da informação que, por sua iniciativa, esta publica no seu *website*.

## 3. Resultados da análise dos dados

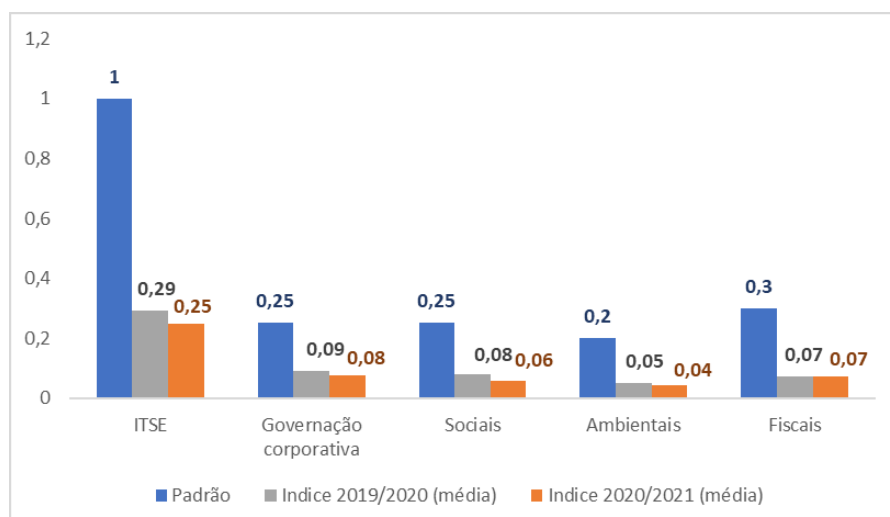
Da análise feita para as 22 empresas analisadas na edição 2020/2021, em média, **o ITSE em Moçambique situou-se em 0,25, representado um decréscimo em relação ao índice de 2019/2020 em 0,04 pontos**. Eliminando as novas empresas e comparando apenas com o índice médio das 12 empresas analisadas na primeira edição, verifica-se um crescimento da transparência em cerca de 25%. O aumento do número de empresas analisadas só veio mostrar, conforme constatado na primeira edição do índice que no geral, que a transparência das empresas do sector devido aos efeitos nefastos causados pela falta de transparência como são os casos da corrupção, conflitos de diversa ordem e outros.

Tal como os resultados apurados na primeira edição, o índice da componente da governação corporativa, comparativamente às outras componentes, apresenta a maior transparência (0,08), uma redução em 0,01 em relação à primeira edição.

<sup>14</sup> Alguma informação, apesar de não estar publicada na página web da empresa, foi disponibilizada através dos parceiros localizados nas províncias onde se encontra localizado o projecto.



Gráfico 1 : Indicadores de transparência por cada componente do ITSE



Fonte: elaborado pelos autores

Continuam existindo grandes disparidades em termos de transparência entre as 22 empresas seleccionadas. Algumas mostraram, comparativamente à primeira edição, grandes evoluções em termos de disponibilização de informação e abertura, podendo-se citar os casos das empresas Kenmare Resources Plc, que passou a disponibilizar informações em um website em português, a Haiyu Mozambique Mining Company e ICVL Zambeze, que não tinham websites mas que já criaram e disponibilizam informação de interesse público, e a TOTAL Moçambique, que também passou a ter um website em português, apesar de não possuir muitos conteúdos avaliados neste índice.

Outro elemento importante de destaque é que a empresa apurada como sendo a menos transparente na primeira edição, nomeadamente a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira S.A (EMEM), braço empresarial do Estado nos projectos extractivos, através do Decreto no 31/2021 de 29 de Junho, foi dissolvida. Uma solução considerada pelo CIP como sendo para encobrir a sua gestão danosa sem nenhuma transparência<sup>15</sup>.

Tendo em conta as principais componentes consideradas no ITSE constatou-se o seguinte:

#### a. Componente Fiscal

Em termos fiscais, os resultados mostram que 55% das empresas analisadas não publicam nenhuma informação fiscal de interesse público. São elas, a TOTAL Moçambique, Buzi Hydrocarbons, Minas Revubò Lda, Twigg Exploration & Mining Lda, Minas Moatize Lda, Exxon Mobile, Matola Gás Company, Sarl, ENI, ROMPCO, Eurasian Natural Resources, NRC Mozambique, Lda, Mozambique Rovuma Venture, Capitol Resources, Lda, Highland African Mining Company,Lda.

Importa referir a evolução nesta componente das empresas ICVL Zambeze e Haiyu Mozambique Mining Company que na edição anterior não disponibilizavam nenhuma informação mas nesta edição passaram a disponibilizar, o que mostra o esforço destas empresas com a transparência. As restantes empresas, com diferentes graus de transparência, disponibilizam alguma informação de âmbito fiscal.

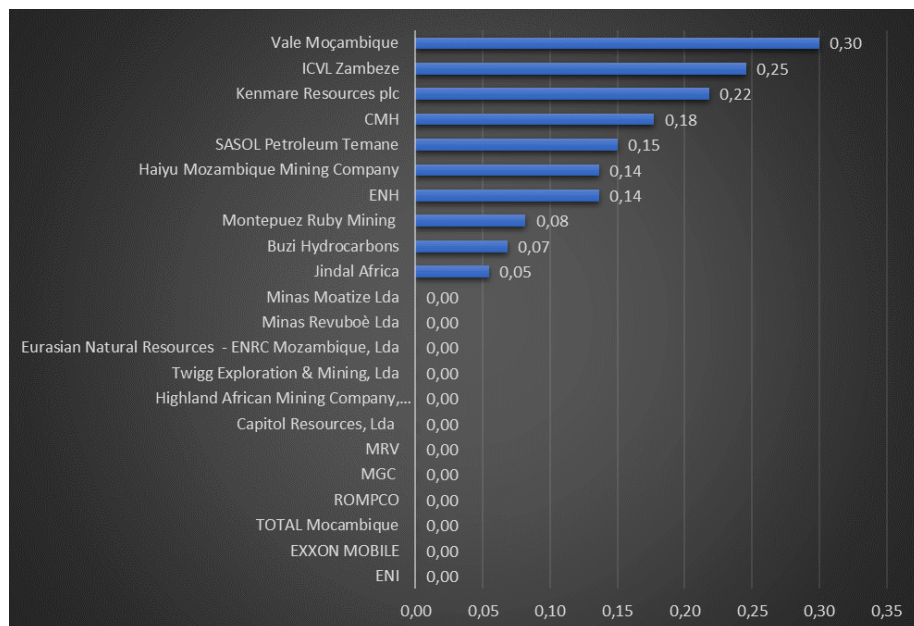
O CIP continua a constatar que a maior parte das empresas disponibilizam informação agregada no *website* do grupo internacional do qual são parte sem no entanto discriminar os detalhes por projectos. Sendo assim, é impossível obter-se, a partir da fonte mencionada, a informação fiscal sobre o projecto da empresa em Moçambique.

Em termos gerais, a empresa Vale Moçambique, com um índice de 0,30, é a mais transparente em termos fiscais; seguida da empresa ICVL Zambeze com um índice de 0,25 e Kenmare Resources plc, com um índice de 0,22.

<sup>15</sup> <https://www.cipmoz.org/pt/2021/08/17/dissolucao-da-empresa-mocambicana-de-exploracao-mineira-emem-s-a-uma-solucao-para-encobrir-a-gestao-danosa-da-emem/>

Importa referir que o CIP teve em conta a disponibilização de informação do projecto do qual a empresa é parte em Moçambique.

Gráfico 2 : Ranking das empresas na componente fiscal



Fonte: elaborado pelos autores

Em termos comparativos, em relação a primeira edição, pode-se verificar uma evolução positiva em cerca de 50% das 12 empresas analisadas na primeira edição, uma evolução negativa em 25% e a manutenção do mesmo índice em 17% das empresas. Uma empresa, a EMEM foi dissolvida pelo Conselho de Ministros. Importa destacar a evolução positiva da ICVL Zambeze, de 25 pontos, e da Vale Moçambique, em 15 pontos. Ver tabela abaixo:

Tabela 3 : Evolução do índice de transparência fiscal entre a 1ª e 2ª edição

Fiscais	Índice 2019/2020	Índice 2020/2021	Varição	
ENI	0,00	-	0,00	(=)
EXXON MOBILE	0,00	-	0,00	(=)
TOTAL Mocambique	0,04	-	-0,04	(-)
Jindal Africa	0,03	0,05	0,02	(+)
Montepuez Ruby Mining	0,15	0,08	-0,07	(-)
ENH	0,19	0,14	-0,05	(-)
Haiyu Mozambique Mining Company	0,00	0,14	0,14	(+)
SASOL Petroleum Temane	0,05	0,15	0,11	(+)
Kenmare Resources plc	0,21	0,22	0,01	(+)
ICVL Zambeze	0,00	0,25	0,25	(+)
Vale Moçambique	0,15	0,30	0,15	(+)
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira	0,00	N/A	N/A	N/A

Fonte: elaborado pelos autores

## b. Componente da Governação corporativa

Em termos de governação corporativa, 41% das empresas analisadas apresentam um índice de transparência acima da média global alcançada pelas 22 empresas analisadas na edição 2020/2021, de 0,08.

A empresa mais transparente em termos de divulgação de informação na componente da governação corporativa na edição 2020/2021 do ITSE, dentro dos critérios definidos pelo CIP, é a Kenmare Resources Plc, com um índice de 0,17,

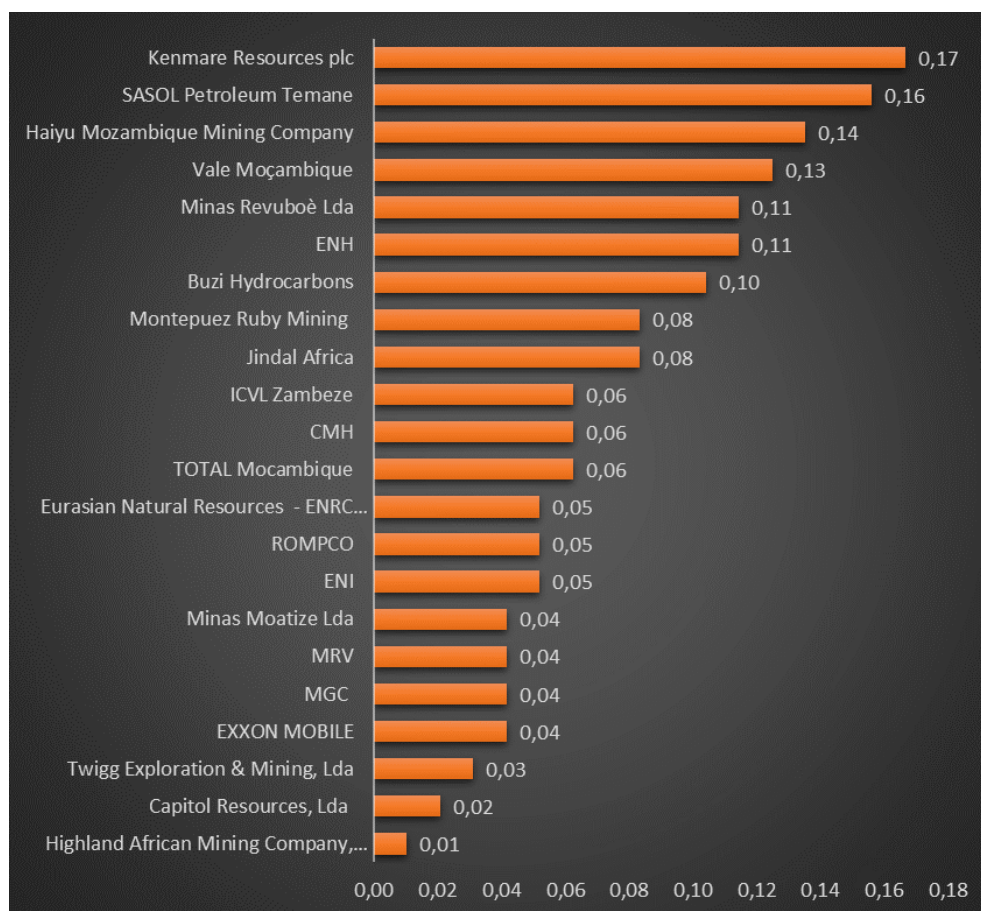
seguida da SASOL Petroleum Temane, com 0,16, e da Haiyu Mozambique Mining Company, com 0,14, de um total de 0,25. Importa destacar que esta última empresa destacava-se como sendo uma das menos transparentes nesta categoria na edição 2019/2020, com um índice de 0,05.

Configuram-se como as menos transparentes nesta categoria, nesta segunda edição, as empresas Highland African Mining Company Lda com um índice de 0,01, a Capitol Resources, Lda com um índice de 0,02, e a Twigg Exploration & Mining, Lda, com um índice de 0,03.

Contou para a primeira posição da empresa Kenmare Resources Plc, a criação, nesta edição, do site em português, acompanhado da disponibilização de grande parte da informação solicitada e a abertura da empresa para disponibilizar informações. Esta mesma abertura foi verificada nas empresas SASOL Petroleum Temane e Haiyu Mozambique Mining Company. Importa realçar que em relação a Vale Moçambique, que na edição passada se configurava como sendo a mais transparente, nesta edição mostrou-se menos aberta a colaboração. O mesmo verificou-se com as demais empresas que, não tendo páginas *webs*, ou não responderam a solicitação do CIP, ou simplesmente negaram-se a receber a carta de solicitação enviada pelo CIP, como é o caso da ROMPCO, que solicitou a indicação de um “*ponto focal*” dentro da empresa para que pudesse receber a carta. A questão que ficou é, se a empresa não se abre, como é que o CIP terá um ponto focal na empresa para interagir, agravando o facto do número disponibilizado na página web para contacto ser de emergência para questões técnicas.

Abaixo o gráfico das posições ocupadas por cada empresa:

*Gráfico 3 : Ranking das empresas na governação corporativa*



*Fonte: elaborado pelos autores*

Em termos comparativos, em relação a primeira edição, pode-se verificar uma evolução positiva em cerca de 33% das 12 empresas analisadas na primeira edição, uma evolução negativa em 50% e a manutenção do mesmo índice em 8% das empresas. Importa destacar a evolução positiva da Haiyu Mozambique Mining Company em 9 pontos, SASOL, em 4 pontos, Jindal África, em 3 pontos e Kenmare Resources plc, em 2 pontos. E evolução negativa da TOTAL Mocambique em 6 pontos, Montepuez Ruby Mining e Vale Moçambique em 4 pontos. Em termos gerais a evolução do índice aumentou em 1 ponto.

Ver tabela 4 abaixo:

*Tabela 4: Evolução do índice de transparência governação corporativa entre a 1ª e 2ª edição*

Governnação	Índice 2019/2020	Índice 2020/2021	Variação	
ENI	0,08	0,05	-0,02	(-)
EXXON MOBILE	0,05	0,04	-0,01	(-)
TOTAL Mocambique	0,13	0,06	-0,06	(-)
Jindal Africa	0,05	0,08	0,03	(+)
Montepuez Ruby Mining	0,13	0,08	-0,04	(-)
ENH	0,13	0,11	-0,01	(-)
Haiyu Mozambique Mining Company	0,05	0,14	0,09	(+)
SASOL Petroleum Temane	0,11	0,16	0,04	(+)
Kenmare Resources plc	0,15	0,17	0,02	(+)
ICVL Zambeze	0,06	0,06	0,00	(=)
Vale Moçambique	0,16	0,13	-0,04	(-)
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira	0,05	N/A	N/A	N/A
<b>ITSE médio</b>	<b>0,09</b>	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>	<b>(+)</b>

*Fonte: elaborado pelos autores*

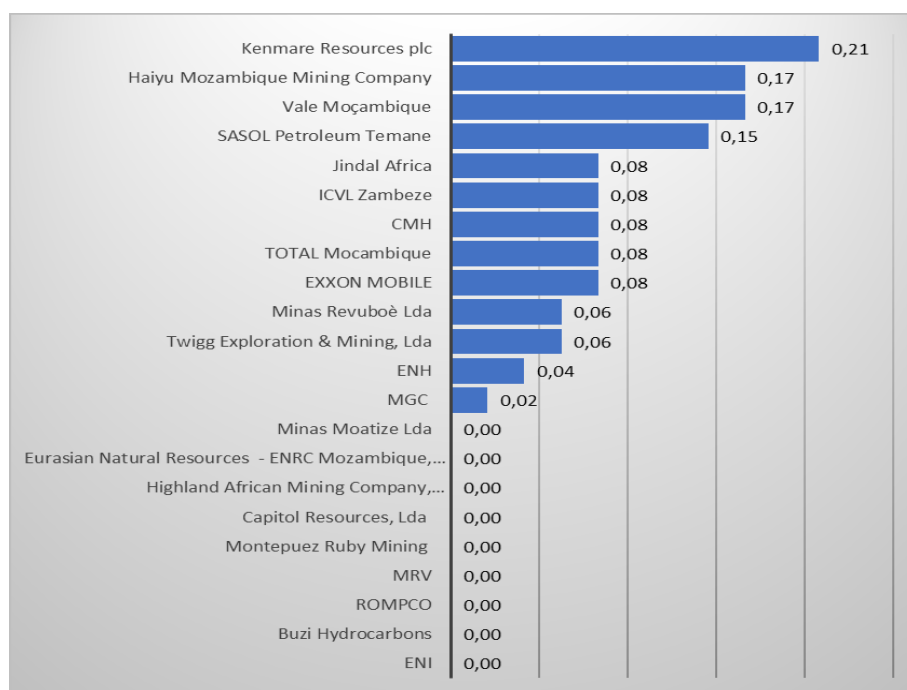
### c. Componente Social

Relativamente à componente social, a empresa Kenmare é a mais transparente com um índice de 0,21 de 0,25 possível. Contribuiu para esta posição a informação disponibilizada pela Kenmare que preenche a quase globalidade dos requisitos desta componente, pecando pelo facto de a mesma não estar disponível no *site*. Importa mencionar que muitas das empresas analisadas, incluindo a Kenmare, têm no seu *website* campos sobre informações de responsabilidade social, engajamento com as comunidades, investimos, mas não estão publicados.

O segundo lugar nesta categoria é atribuído às empresas Vale e Haiyu, ambas com um índice de 0,17, seguidas da empresa Sasol, com um índice de 0,15. As empresas menos transparentes, que não disponibilizam informação, são as seguintes: ENI, Buzi Hydrocarbons, ROMPCO, MRV, Montepuez Ruby Mining, Capitol Resources Lda, Highland African Mining Company, Lda, Eurasian Natural Resources e Minas Moatize Lda.

Abaixo o gráfico 4, da classificação geral desta componente:

Gráfico 4 : Ranking das empresas na componente social



Fonte: elaborado pelos autores

Em termos comparativos, em relação a primeira edição, pode-se verificar uma evolução positiva em cerca de 50% das 12 empresas analisadas na primeira edição, uma evolução negativa em 17%, e manutenção do mesmo índice em 25% das empresas. Importa destacar a evolução positiva da Exxon Mobile, em 8 pontos, Haiyu Mozambique Mining Company, em 6 pontos, e a ICVL Zambeze, em 4 pontos. E evolução negativa da Total e Montepuez Rubi Mining ambas em 13 pontos. Em termos globais houve uma evolução positiva de 2 pontos. Ver tabela 5 abaixo:

Tabela 5 : Evolução do índice de transparência social corporativa entre a 1ª e 2ª edição

Social	Índice 2019/2020	Índice 2020/2021	Variação	
ENI	-	-	0,00	(=)
EXXON MOBILE	-	0,08	0,08	(+)
TOTAL Mocambique	0,21	0,08	-0,13	(-)
Jindal Africa	0,06	0,08	0,02	(+)
Montepuez Ruby Mining	0,13	-	-0,13	(-)
ENH	0,04	0,04	0,00	(=)
Haiyu Mozambique Mining Company	-	0,17	0,17	(+)
SASOL Petroleum Temane	0,13	0,15	0,02	(+)
Kenmare Resources plc	0,19	0,21	0,02	(+)
ICVL Zambeze	0,04	0,08	0,04	(+)
Vale Moçambique	0,17	0,17	0,00	(=)
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira	-	N/A	N/A	N/A
<b>ITSE médio</b>	<b>0,08</b>	<b>0,10</b>	<b>0,02</b>	<b>(+)</b>

Fonte: elaborado pelos autores

#### d. Componente Ambiental

Na componente ambiental foram analisados dois indicadores, nomeadamente: a publicação de relatórios de gestão ambiental e a informação sobre os programas de encerramento das minas (para as empresas mineiras) e de descomissionamento das actividades petrolíferas (para as empresas do sector de hidrocarbonetos).

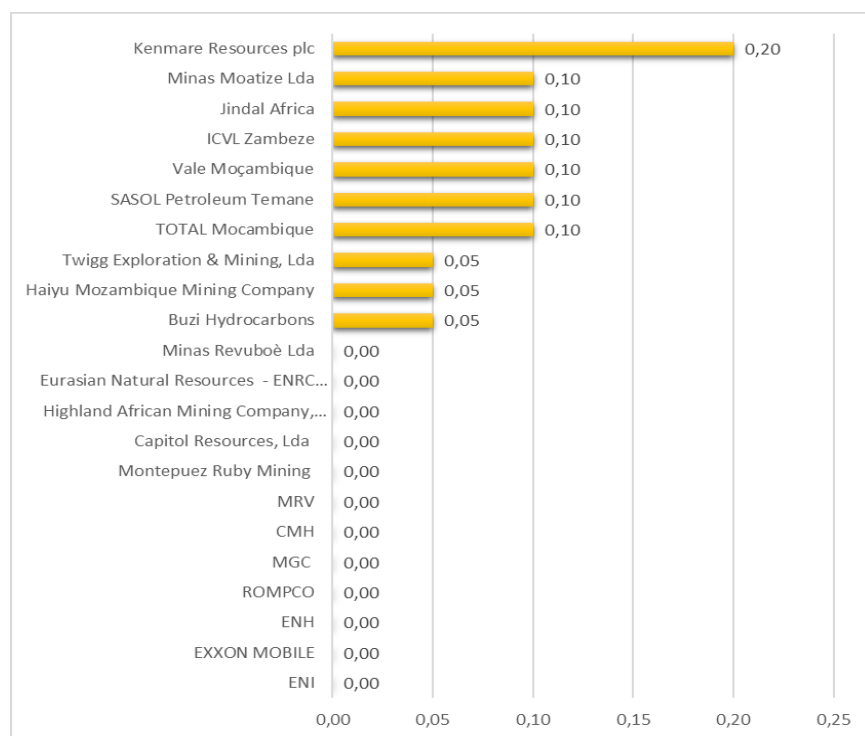
Das 22 empresas analisadas, 50% não publicam nenhuma informação referente à componente ambiental e apenas a Kenmare apresentou um programa de encerramento das minas. Esta situação continua preocupante, mostrando uma grande falta de transparência em relação a aspectos ambientais. Do ideal de 20 pontos para este índice, as empresas apresentem um índice de transparência médio de 0,04, o que representa uma redução em relação a edição anterior em 0,01.

A metodologia usada baseou-se na consulta das páginas *web*, atribuindo a pontuação máxima para os casos de existência de informação nessa plataforma e metade da pontuação caso a informação não estivesse disponível online mas disponibilizada quando solicitada.

A empresa Kenmare Resources plc apresenta a mesma pontuação sendo-lhes conferida a primeira posição com 20 pontos. Na segunda posição, com 10 pontos, estão as empresas TOTAL Mocambique, SASOL Petroleum Temane, Vale Moçambique, ICVL Zambeze, Jindal África e Minas Moatize, Lda. Na terceira posição, com 5 pontos, estão as empresas Buzi Hydrocarbons, Haiyu Mozambique Mining Company e Twigg Exploration & Mining, Lda.

Abaixo o gráfico das posições ocupadas por cada empresa:

*Gráfico 5 : Ranking das empresas na componente Ambiental*



*Fonte: elaborado pelos autores*

Em termos comparativos, em relação a primeira edição, pode-se verificar uma evolução positiva em cerca de 42% das 12 empresas analisadas na primeira edição, uma evolução negativa em 8% e a manutenção do mesmo índice em 42% das empresas. Importa destacar a evolução positiva da Kenmare Resources plc em 10 pontos, Jindal África, Haiyu Mozambique Mining Company, SASOL Petroleum Temane e ICVL Zambeze, todas em 5 pontos. Em termos negativos o destaque vai para a redução em 10 pontos da empresa Exxon Mobile. Em termos globais, a evolução foi positiva de 2 pontos.

Ver tabela 6 abaixo:

Tabela 6 : Evolução do índice de transparência social corporativa entre a 1ª e 2ª edição

Ambiental	Índice 2019/2020	Índice 2020/2021	Variação	
ENI	-	-	0,00	(=)
EXXON MOBILE	0,10	-	-0,10	(-)
TOTAL Mocambique	0,10	0,10	0,00	(=)
Jindal Africa	0,05	0,10	0,05	(+)
Montepuez Ruby Mining	-	-	0,00	(=)
ENH	-	-	0,00	(=)
Haiyu Mozambique Mining Company	-	0,05	0,05	(+)
SASOL Petroleum Temane	0,05	0,10	0,05	(+)
Kenmare Resources plc	0,10	0,20	0,10	(+)
ICVL Zambeze	0,05	0,10	0,05	(+)
Vale Moçambique	0,10	0,10	0,00	(=)
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira	-	N/A	N/A	N/A
<b>ITSE médio</b>	<b>0,05</b>	<b>0,07</b>	<b>0,02</b>	<b>(+)</b>

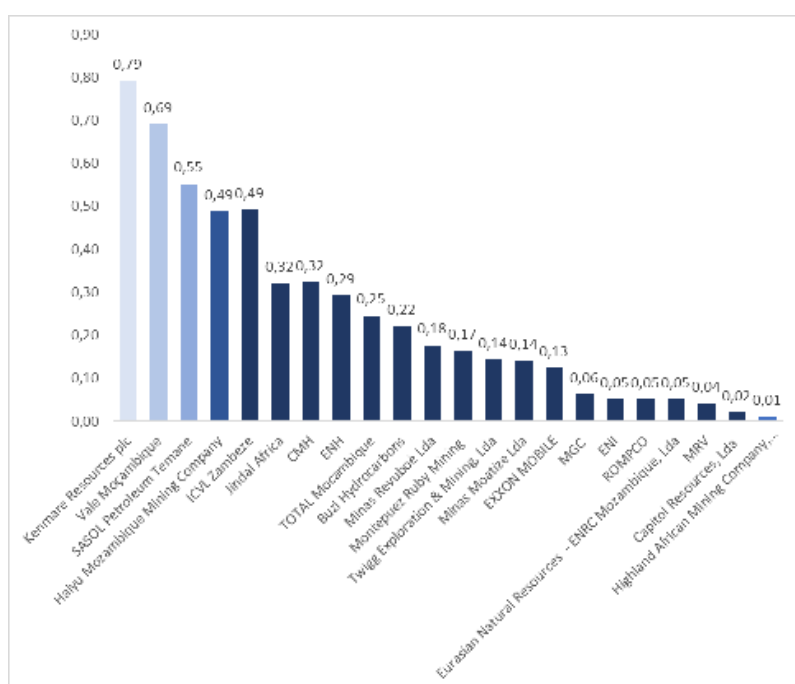
Fonte: elaborado pelos autores

### 3.1. Classificação global das empresas do sector extractivo mais transparentes de Moçambique

#### Empresas Mais Transparentes

Conforme mostra o gráfico abaixo, a Kenmare Resources plc, tal como na primeira edição, foi apurada como a empresa mais transparente do sector extractivo em Moçambique para a edição 2020/2021, com um índice de 0,79, sendo-lhe conferidos, assim, 79 pontos. Esta pontuação representa uma evolução em relação a edição anterior em cerca de 15 pontos.

Gráfico 6 : Ranking geral de transparência das empresas do sector extractivo 2021



Fonte: elaborado pelos autores

No cômputo geral, contribuiu para esta posição o facto de a Kenmare Resources plc ser a única empresa da lista com um *website* do projecto em curso em Moçambique, onde é disponibilizada informação significativa do projecto concernente às componentes: fiscal, de governação corporativa, social e ambiental. E, este ano, a empresa passou a apresentar um *site* em língua portuguesa com grande parte da informação já traduzida, uma recomendação deixada na análise anterior e muito bem colhida pela empresa.

No entanto, a empresa precisa de melhorar os conteúdos da informação disponibilizada. Pese embora a informação tenha sido disponibilizada para efeitos desta análise, parte da informação em português ainda não está inserida no site. Realçar que a Kenmare melhorou em todas as componentes analisadas.

A segunda e a terceira empresas mais transparentes, dentro dos critérios definidos pelo CIP, são a VALE Moçambique, com 69 pontos, a mesma posição ocupada na edição anterior e uma melhoria em 11 pontos, e a Sasol, com 55 pontos, subido da 6 posição ocupada na primeira posição para a terceira na edição 2020/2021.

Importa realçar que houve melhorias. Depois da crítica deixada à página *web* da VALE Moçambique, passou a ter conteúdos que se referem ao projecto em Moçambique. No entanto, ainda carecem melhorias em relação à disponibilização de informação apresentada de forma conjugada com outros projectos do grupo a nível internacional, para um melhor detalhamento do projecto específico de Moçambique.

## Empresa Menos Transparente

Das empresas menos transparentes o destaque vai para a Empresa Highland African Mining Company Lda, que tem sede na província da Zambézia. A empresa tem um contrato assinado em 2002 com o Governo de Moçambique para a exploração de tântalo.<sup>16</sup> Substitui nesta posição a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, que foi dissolvida em 2021 pelo Conselho de Ministros devido ao seu mau desempenho.

Dos resultados apurados, a Empresa de Highland African Mining Company Lda obteve zero (0) pontos em três componentes do índice (fiscal, social e ambiental). Apenas na componente de governação corporativa esta empresa obteve a pontuação de 1 de um total de 25 pontos, colocando-se assim na posição de empresa menos transparente do sector extractivo.

## Evolução da transparência entre a primeira e segunda edição do ITSE

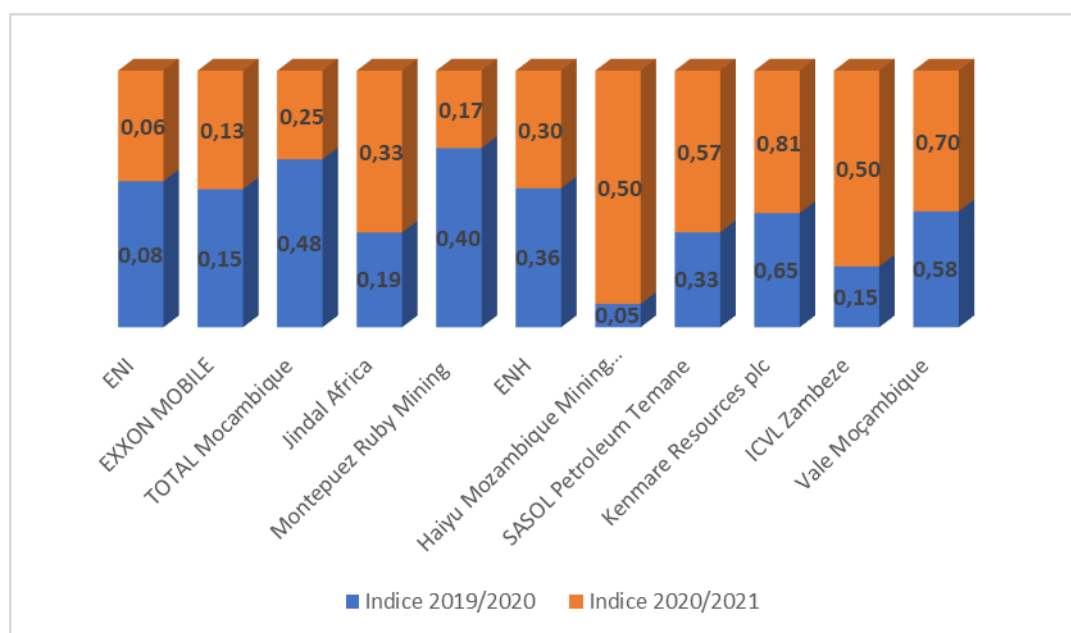
Na segunda edição do ITSE, verifica-se melhoria da transparência para 50% das empresas analisadas na edição anterior com destaque para Haiyu Mozambique Mining Company, com uma evolução de 877% no índice de transparência, seguida da ICVL Zambeze com 219% e Jindal Africa com 67%. As maiores quedas na transparência verificaram-se nas empresas Montepuez Ruby Mining, com uma queda de 59%, e na TOTAL Moçambique, com uma queda de 48%. Ver gráfico 7 abaixo:

---

16 [https://www.inami.gov.mz/images/Contratos/HIGHLAND\\_AFRICA\\_MINING\\_COMPANY-LDA.pdf](https://www.inami.gov.mz/images/Contratos/HIGHLAND_AFRICA_MINING_COMPANY-LDA.pdf)



Gráfico 7 : Evolução do índice de transparência social corporativa entre a 1ª e 2ª edição



Fonte: elaborado pelos autores

Olhando apenas para as 12 empresas analisadas na edição 2019/2020 (incluído a extinta EMEM), o índice médio de transparência é de 0,35, o que significa que houve uma evolução na transparência deste conjunto de empresas em cerca de 22%, grandemente influenciadas pela abertura verificada nas empresas Haiyu Mozambique Mining Company e ICVL Zambeze. Ver tabela 7 abaixo:

Tabela 7 : Evolução do índice de transparência social corporativa entre a 1ª e 2ª edição

ITSE	Índice 2019/2020	Índice 2020/2021	Varição	% cresc
ENI	0,08	0,05	-0,02 (-)	-31%
EXXON MOBILE	0,15	0,13	-0,03 (-)	-17%
TOTAL Mocambique	0,48	0,25	-0,23 (-)	-48%
Jindal Africa	0,19	0,32	0,13 (+)	67%
Montepuez Ruby Mining	0,40	0,17	-0,23 (-)	-59%
ENH	0,36	0,29	-0,06 (-)	-18%
Haiyu Mozambique Mining Company	0,05	0,49	0,44 (+)	877%
SASOL Petroleum Temane	0,33	0,55	0,22 (+)	66%
Kenmare Resources plc	0,65	0,79	0,15 (+)	22%
ICVL Zambeze	0,15	0,49	0,34 (+)	219%
Vale Moçambique	0,58	0,69	0,11 (+)	19%
Empresa Moçambicana de Exploração Mineira	0,05	-	N/A	N/A
<b>ITSE médio</b>	<b>0,29</b>	<b>0,35</b>	<b>0,06 (+)</b>	<b>22%</b>

Fonte: elaborado pelos autores

## 4. Considerações Finais

No geral, o nível de transparência no sector reduziu em 26 pontos de um total de 100. A medida que se aumenta o número de empresas na análise, na segunda edição foram incluídas mais 12 empresas comparativamente a primeira edição, a tendência do índice parece ser de piorar, caiu de 0,29 para 0,26. No entanto, as empresas anteriormente analisadas mostraram melhorias nos seus níveis de transparência global.

Os números revelados na avaliação dos indicadores que compõem o Índice de Transparência do Sector Extractivo em Moçambique desenhado pelo Centro de Integridade Pública (considerando as 22 empresas analisadas) demonstram que, de forma geral, a transparência do sector é muito baixa (média do ITSE é de 0,26), uma média inferior a verificada em 2019/2020. Isolando as novas empresas incorporadas, poder-se dizer que houve uma evolução na transparência, passado dos anteriores 0,29 para 0,35, uma evolução de 22% influenciada pela melhoria na transparência das empresas Kenmare Resources plc, em 15 pontos, Vale Moçambique, em 11 pontos, SASOL Petroleum Temane, em 22 pontos, Haiyu Mozambique Mining Company, em 44 pontos e ICVL Zambeze, em 34 pontos.

De modo geral, os resultados parciais dos indicadores que compõem o índice geral mostram que continuam a existir desafios a serem superados pelas empresas na disponibilização de informação de interesse público de modo a melhorar a transparência global do sector. O maior destaque vai para a componente ambiental.

Um aspecto importante a ter em conta neste índice reside no facto de os grandes intervenientes da bacia do Rovuma, aonde se esperam enormes receitas que possam catapultar o desenvolvimento de Moçambique, não constarem das posições cimeiras do índice. A TOTAL empresa que na edição anterior ocupou a terceira posição na presente edição foi uma das empresas que apresentou uma queda considerável, ocupando nesta edição a nona posição.

## 5. Documentos Consultados

- ANDRADE, J. C. S. (1997), *Desenvolvimento sustentado e competitividade: tipos de estratégias ambientais empresariais*. In: TECBAHIA: Revista Baiana de Tecnologia, v. 12, n. 2;
- Biderman, C. e Puttomatti, G. (2011), *Metodologia do Índice de Transparência*, Brasil;
- Cotterrell, R. (2000), *Transparency, mass media, ideology and community*. Cultural Values, 3, 414-426;
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, (2018), *O que é governança corporativa*, Brasil;
- OCDE. (2016), *Princípios de Governo das Sociedades do G20 e da OCDE*, Éditions OCDE, Paris;
- OCED. (2004), *Corporate governance principles*, Éditions OCDE, Paris;

## Legislação

- *Lei nº 20/2014 de 18 de Agosto, Lei de Minas*
- *Lei nº 21/2014 de 18 de Agosto, Lei de Petróleos*
- *Lei nº 34/2014 de 31 de Dezembro, Lei de Direito à Informação*

## Sites consultados:

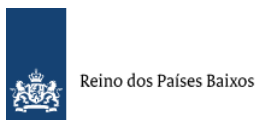
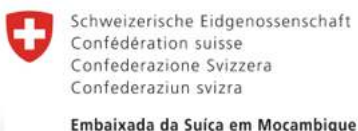
1. <https://mzlng.totalenergies.co.mz/pt-pt>
2. <https://www.eni.com/en-IT/eni-worldwide/africa/mozambique.html>
3. <https://www.exxonmobil.co.mz/pt-MZ>
4. <https://enh.co.mz/>
5. <https://www.mgc.co.mz/>
6. <https://www.rompco.co.za/>
7. <http://www.cmh.co.mz/>
8. <http://www.vale.com/mozambique/pt/Paginas/default.aspx>
9. <https://www.gemfieldsgroup.com/assets/montepuez-ruby-mining-limitada/>
10. <https://www.kenmareresources.com/pt>
11. <https://www.haiyumining.com/>
12. <https://www.icvl.co.mz/index.php/pt/>
13. <https://www.acismoz.com/members/capitol-resources-lda/>
14. <https://www.jindalafrika.com/mozambique>
15. <https://www.twigg.co.mz/>
16. <https://eurasianresources.lu/pt/pages/our-business/history>
17. <https://www.revuboe.com/pt/>



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade



Parceiros:



## Informação Editorial:

**Director:** Edson Cortez

**Autores:** Rui Mate

**Revisão de Pares:** Leila Constantino, Aldemiro Bande, Edson Cortez

**Controle de Qualidade:** Inocência Mapiisse

**Revisão Linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz  
[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique